

PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ

APP-Sindicato: Av. Iguacu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3206-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appsindicato.org.br | Facebook: @appsindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Chefe de Redação: Gelinton Batista (MTb 8027-PR) | Jornalistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR) e Luis Lomba (99667/92 - RJ). Diagramador: Rodrigo A. Romani (DRT 7756-PR)

Nº 1447

13 de agosto de 2025

Trabalhadores debatem formas de combater a redução de direitos e a precarização provocadas pelas terceirizações

Discussão, realizada em audiência pública, contou a participação da APP-Sindicato que apresentou as denúncias e ações realizadas para defender os educadores dos ataques do governo Ratinho Jr.

Nesta segunda-feira (11), a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) sediou uma audiência pública com o tema “Terceirização como forma de retirar direitos”, para debater os impactos das terceirizações e discutir formas de combater a precarização das condições de trabalho.

O evento, proposto pela bancada de oposição, reuniu dirigentes da APP-Sindicato, pesquisadores, representantes sindicais, autoridades e parlamentares. As falas e dados apresentados durante a atividade denunciam que, além de um projeto de desmonte dos direitos trabalhistas, a terceirização afeta a qualidade dos serviços públicos essenciais e desvia o propósito dos concursos públicos.

A presidente da APP, Walkiria Mazeto, destacou que a privatização ou a terceirização do trabalhador e dos serviços públicos é um projeto ideológico. Ela aponta que o Estado gasta quase três vezes mais com um terceirizado do que se estivesse sendo ocupado por um concursado ou PSS.

“Existem empresas parceiras que lucram para tornar essa prática, como na educação que foi acometida pelo Programa Parceiro da Escola, por exemplo. Hoje temos quase 15 mil funcionários de escola concursados e já temos quase 30 mil terceirizados”, reforçou Walkiria, apontando que é preciso tirar encaminhamentos de como enfrentar essas legislações que permitiram a terceirização e a precarização.

Já a professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Maria Aparecida Bridi, enalteceu o fato do sindicalismo estar reagindo a esse desmonte dos serviços. “A situação na educação do Paraná está um “escárnio”, onde os professores precisam de estabilidade, segurança e formação integral”, exemplifica Bridi.

A audiência foi presidida pelo deputado estadual Arilson Chiorato (PT), que classificou a terceirização como um “projeto de exclusão”, que não só ataca serviços essenciais, mas também desvia o propósito dos concursos públicos.



Audiência pública debate impactos da terceirização na classe trabalhadora

Terceirizar e privatizar é negar aos trabalhadores o acesso a serviços públicos de qualidade. O Estado gasta três vezes mais com a terceirização, mas esse recurso não chega no trabalhador ou nos usuários. Esse recurso público fica com as empresas “parceiras” do governo ou do governador. Durante audiência pública, a presidente da APP-Sindicato, Walkiria Mazeto, apontou desafios e caminhos para fazer o enfrentamento do método de gestão do governo Ratinho Jr. (PSD), que tem retirado direitos e precarizado as condições de trabalho.

O deputado estadual Professor Lemos (PT) lembrou que a oposição vem há muito tempo combatendo projetos que permitem a terceirização de serviços públicos.

Pesquisas

O economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese-PR), Sandro Silva, apresentou um cenário desfavorável pelo histórico da terceirização e das mudanças nas legislações trabalhistas, além das contratações temporárias que viraram regras aqui no Paraná, especialmente na educação pública.

Outro aspecto preocupante foi apresentado pela socióloga e professora do Departamento de Sociologia da UFPR, Mariana Bettiga, referente ao aumento de acidentes de trabalho fatais nas terceirizações.

Também fizeram uso da fala o deputado federal Tadeu Veneri (PT), a deputada estadual Ana Júlia (PT) e representantes de sindicatos e entidades como a diretora da União Geral dos Trabalhadores (UGT-PR), Regiane Soldani, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-PR), Márcio Kieller e presidente em exercício da Força Sindical Paraná, Nelson Silva de Souza.

MEC se compromete a instituir comissão para debater criação do piso salarial dos funcionários de escola

A APP-Sindicato, representada por dirigentes e funcionários de escola, se juntou às delegações de educadores do país, em Brasília, para participar do ato nacional, no dia 6 de agosto, pela aprovação do Projeto de Lei 2531/21, que institui o piso salarial nacional para funcionários da educação básica.

Convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a mobilização ocorreu em frente ao Ministério da Educação (MEC). Uma comitiva da direção da CNTE foi recebida pelo MEC, que se comprometeu em instituir, ainda no mês de agosto, uma comissão que vai debater o piso. Além disso, foi debatido que deve ser feito um estudo sobre o impacto financeiro da instituição do piso salarial para esse segmento dos trabalhadores da educação. A dirigente acrescenta que a aprovação da proposta é uma medida muito importante para que todos os profissionais da educação possam ser valorizados.

A secretária de Administração e Patrimônio da APP-Sindicato, Nádia Brixner, também compôs a comitiva da APP e explicou que cada sindicato falou sobre a importância da aprovação deste piso, bem como a valorização dos funcionários como educadores.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS/OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE RIO BOM

A presidente do Núcleo Sindical de Apucarana da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias resolve convocar as/os trabalhadoras/es em educação pública da rede municipal de educação de Rio Bom/PR para participarem de assembleia extraordinária, a ser realizada de forma presencial, na Escola Municipal Monteiro Lobato, situada na Rua Luiz Estevam de Assis nº 36, no dia 15/08/2025 (quinze de agosto de dois mil e vinte e cinco) às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), em primeira convocação, e às 18h (dezoito horas), em segunda convocação, a fim de deliberar acerca das seguintes pautas: 1) Informes Gerais; 2) Negociação com a Gestão Municipal sobre a defasagem salarial; 3) Cronograma de Mobilização; 4) Greve; 5) Outros assuntos.

Isabel Cristina de Oliveira Azevedo
Presidenta do Núcleo Sindical de Apucarana